



Sêrvulo & Associados | Sociedade de Advogados, RL

NA IMPRENSA

negocios

ONLINE

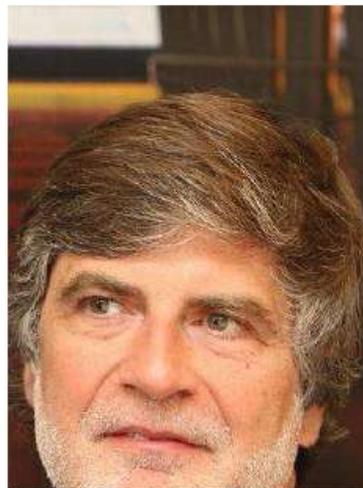
Rui Medeiros vai liderar comissão que monitoriza a aplicação da nova lei das rendas

30 Maio 2013, 18:18 por Filomena Lança | filomenalanca@negocios.pt

Constitucionalista vai substituir Tiago Duarte, que se demitiu depois de o primeiro projecto de relatório trimestral, que estava a preparar, ter sido tornado público sem a sua autorização

O advogado e constitucionalista Rui Medeiros é o novo Presidente da Comissão de Monitorização da Reforma do Arrendamento Urbano, adiantou fonte oficial do Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (MAMAOT).

Rui Medeiros, 50 anos, é sócio da sociedade de advogados Sêrvulo & Associados e professor na Universidade Católica, onde dirige a unidade de investigação e desenvolvimento de Direito. Constitucionalista e especialista em direito administrativo, substituir Tiago Duarte, também jurista e professor universitário na Universidade Nova, igualmente ligado às áreas do Direito Público.



Tiago Duarte apresentou a sua demissão do cargo há cerca de duas semanas, alegando "violação grosseira dos deveres de confidencialidade" por parte dos membros da comissão depois de a Agência Lusa ter publicado várias notícias com base no projecto de relatório que tinha em preparação e que deveria entregar nessa mesma semana à Ministra da Agricultura, Assunção Cristas. "Todos os membros da Comissão de Monitorização da Reforma do Arrendamento Urbano aceitaram vincular-se, a meu pedido, a um dever de confidencialidade quanto ao evoluir dos trabalhos da referida Comissão", explicou então o advogado em comunicado.

A Comissão de Monitorização da Reforma do Arrendamento Urbano foi criada para acompanhar no terreno a forma como está a ser aplicada a nova reforma do arrendamento, entrada em vigor a 12 de Novembro de 2012. Os trabalhos arrancaram em Fevereiro e estava previsto para o final de Maio o primeiro relatório trimestral. O objectivo era reunir os contributos das várias partes envolvidas, nomeadamente senhorios, inquilinos, representantes de comerciantes e ministérios da Agricultura, Finanças e Justiça.